

# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

### ASSESSORIA DE IMPRENSA

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3229.3101



## Fio Direto

SUELY ARANTES

## Contratação direta para atividades permanentes é inconstitucional

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) acatou parcialmente a representação formulada pelo Ministério Público de Contas que apontou a inobservância da regra constitucional de realizar concurso público para atividades desenvolvidas pelas secretarias de Desenvolvimento e de Agricultura. A decisão está contida no Acórdão nº 3316/2018, relatado pelo conselheiro Celmar Rech. Para o relator, a contratação, autorizada pelo Decreto nº 7.513/20111, está em desacordo com os requisitos de excepcionalidade e urgência estabelecidos pela Lei nº 13.664/00, por isso determinou às duas pastas que observem os requisitos legais de excepcionalidade e urgência para a contratação de pessoal temporário na execução de atividades permanentes de ensino técnico e profissional.. Celmar Rech ponderou que a administração poderia deixar de criar os cargos e de realizar o concurso público caso optasse pela oferta de ensino técnico-profissional por meio de convênios ou contratos de gestão. “Contudo, decidiu-se pela prestação direta do serviço de forma precária, realizando contratações de temporários ao longo de mais de quatro anos, sob o argumento de excepcional falta de profissionais”. Segundo ele, esse longo período seria suficiente para a criação dos cargos públicos e realização de concurso público, tanto que chegou-se ao modelo de contratos de gestão com organizações sociais, uma das possibilidades jurídicas a que poderia ter recorrido já na implantação da rede Itego/Cotego, ficando, portanto, “ausente o requisito da necessidade excepcional e urgente”. (Fonte: Assessoria de Imprensa do TCE)





## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

# Tito Amaral assume pasta no governo Eliton

DA REDAÇÃO

O ex-promotor de Justiça Tito Amaral vai comandar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED). O governador José Eliton convidou o auxiliar, que até então era o titular da Controladoria Geral do Estado (CGE), a substituir o vereador de Anápolis Leandro Ribeiro, que retornou ao seu mandato em cumprimento à legislação.

## MUDANÇAS

Com o ingresso de Tito Amaral na SED, José Eliton convidou o procurador Murilo Nunes Magalhães para o comando da Controladoria Geral do Estado (CGE). Para a Procuradoria Geral do Estado (PGE) retorna o procurador de carreira João Furtado. As mudanças na equipe foram anunciadas em primeira mão pelo governador para seus seguidores em suas redes sociais.



## Mudanças em padrão ainda são incertas

**EMPLACAMENTO** Com prazo para iniciar colocação de placas no modelo Mercosul até dezembro, órgão estadual não está pronto

Vandré Abreu  
vandrea.abreu@opopular.com.br

A 11 dias para o fim do prazo dado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), o Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO) ainda não está pronto para iniciar os emplacements de veículos novos ou com mudança de endereço no padrão Mercosul. Isso porque o órgão estadual ainda não realizou o processo de contratação ou credenciamento de empresas fabricantes e estampadoras aptas para o processo. Um edital foi aberto na semana passada, mas foi suspenso em liminar concedida pelo juiz Flício Vicente da Silva, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiânia.

O Detran-GO informa que ainda não foi notificado da decisão judicial. Assim, as propostas recebidas no pregão eletrônico seguem sendo analisadas. As novas placas no padrão Mercosul já estão sendo colocadas em veículos novos no Estado do Rio de Janeiro. Segundo o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), os Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte e o Distrito Federal "já estão em estado avançado" no processo de emplacement. Com a previsão para o início do processo para a partir do dia 1º de dezembro.

Segundo o Detran-GO, o órgão "está trabalhando para poder prestar o serviço à população goiana o mais rápido possível".



Placas de cor cinza são aplicadas em Goiás. Modelo deve ser substituído em todos os veículos do País até 2023

Por outro lado, a Resolução 729 do Contran, que estabelece as regras do novo emplacement, não informa o que deve ocorrer com os Estados que não estiverem adequados a partir da data prevista. A princípio, para a solução do caso, Goiás deve conseguir cadastrar as empresas fabricantes e as estampadoras, sendo que estas já devem estar credenciadas junto

ao Denatran.

Levantamento feito pelo POPULAR nas portarias da entidade nacional verificou que 92 empresas estampadoras de placas com sede em Goiás estão credenciadas e ainda há duas fabricantes de placas sem lacabadas. O problema é que o edital lançado pelo Detran-GO foi contestado por gerar a interpretação de que a contratação era de uma empre-

sa fabricante que também atuava como estampadora. O argumento do órgão estadual era de que as estampadoras seriam subcontratadas pela fabricante, o que não foi o entendimento do Poder Judiciário. Conforme publicou O POPULAR na semana passada, o governador eleito Ronaldo Calado (DEM) afirmou que vai cancelar o edital publicado pelo Detran-GO.

### Indefinições continuam

Projeto foi iniciado em 2014, teve adiamentos e nova data para implementação é 1º de dezembro

**2014** ▶ Denatran apresenta novo modelo de placas para ser realizado a partir de 2016



- Novo padrão tem 4 letras e 3 números
- A cor da fonte é variada
- Para veículos de passeio, cor preta, para veículos comerciais, vermelha, carros oficiais, azul, em teste, verde, diplomáticos, dourado e de colecionadores, prateado
- Cor do fundo das placas será sempre branca
- Para veículos de passeio, cor preta, para veículos comerciais,

**2016** ▶ Projeto é adiado para a partir de 2017, com prazo até 2023 para mudança em todos os veículos

**2017** ▶ Novo adiamento, desta vez por tempo indeterminado e sem prazo para que todos os veículos tenham as novas placas

**2018** ▶ Prazo determinado para 1º de dezembro

- Em setembro, Rio de Janeiro já começou os emplacements
- Em setembro houve novo edital de credenciamento, desta vez para empresa fabricante. Este foi suspenso
- Nova data foi marcada para o dia 14 de novembro, mas o processo foi contestado por irregular fabricação e estampadoras
- Detran também recomendou a suspensão do edital, que deve ser feito pela entidade federal
- Comissão foi criada em abril para analisar a situação do edital em Goiás
- Em setembro houve novo edital de credenciamento, desta vez para empresa fabricante. Este foi suspenso
- Nova data foi marcada para o dia 14 de novembro, mas o processo foi contestado por irregular fabricação e estampadoras
- Detran afirma que as estampadoras seriam subcontratadas pela fabricante, com base no credenciamento do Denatran
- Justiça deferiu liminar suspendendo o processo, acatando o argumento de que o edital favoreceria uma empresa única, para todas as funções
- Resolução do Contran não traz consequências para o caso dos Detrans não conseguirem cumprir o prazo

## Presidente eleito vai analisar alterações

Além dos problemas para conseguir contratar ou credenciar empresas fabricantes e estampadoras em Goiás, o projeto para implantar o novo padrão do Mercosul nos veículos brasileiros também pode sofrer modificações já em janeiro de 2019. Ou seja, em razão do tempo para a implantação e a mudança na Presidência da República, pode ser que as novas placas nem cheguem a Goiás. Na semana passada, o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que pediu um estudo sobre a mudança no padrão das placas veiculares. A intenção é verificar se o projeto é viável. Na fala de Bolsonaro, a princípio, a alteração traria mais gastos aos motoristas e problemas ao País.

O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) informa que "até o momento não houve qualquer alteração aos procedimentos internos" e que "a determinação é a de que os trabalhos continuem normalmente nos Detrans". Além disso, há petições de entidades como o Observatório Nacional de Segurança Viária para a suspensão da resolução do Contran por até 90 dias, com a intenção de dirimir as dúvidas sobre o mesmo e permitir os esclarecimentos.

O processo de mudança no padrão foi anunciado em 2014, ainda no primeiro governo Dilma Rousseff (PT), com a data para ser implantado em 2016. Mas o processo sofreu três adiamentos, além de imbrólios jurídicos

“ Não houve qualquer alteração aos procedimentos internos. A determinação é a de que os trabalhos continuem ”

Denatran, em nota

que mudaram as datas do início da mudança. Em setembro deste ano, no entanto, o Rio de Janeiro iniciou o novo emplacement, mesmo com os problemas jurídicos. Atualmente, o custo para colocar as placas em veículos automotores de quatro rodas fica em torno de 193 reais.

De acordo com o Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO), "o emplacement para motocicletas é de R\$ 150,02 e para os demais veículos é de R\$ 190,40. O valor cobrado é das empresas que prestam o serviço para o Detran. Somado aos valores mencionados tem a taxa de autorização para confecção da placa de R\$ 24,08." A previsão do Detran-GO é que o preço para o padrão Mercosul seja o mesmo ou menor, dada a concorrência sobre o processo.



## ECONOMIA

# Unilever anuncia migração de fábrica e preocupa Estado

**NEGÓCIO** Empresa é grande arrecadadora de ICMS e sua saída de Goiás é vista como reflexo do endurecimento de políticas e queda na atratividade

**Katherine Alexandria**  
katherine.alexandria@opopular.com.br

A Unilever, empresa de origem anglo-holandesa, anunciou, na semana passada, que deixará Goiás. A linha de maloneses Hellmann's, a última em Goiânia, voltará para a fábrica de Pouso Alegre, em Minas Gerais. O caminho contrário foi feito em 2006, quando concentrar a produção na capital goiana foi vista como estratégia para busca de maior competitividade. Agora, é na cidade mineira que a empresa vê maiores ganhos.

Crêditos como localização, facilidade de acesso, proximidade com grandes centros consumidores, disponibilidade de energia e qualidade de mão de obra pesaram na escolha, segundo a multinacional. O investimento que fará em Minas Gerais somará R\$ 127 milhões, com previsão de faturamento adicional de R\$ 290 milhões em 2019 e R\$1 bilhão em 2020.

A decisão preocupa Goiás, pois a indústria é uma das maiores arrecadadoras de ICMS. Em 2016, ficou em 53º lugar em ranking geral. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento (SED), o Estado vai perder muito em termos de arrecadação, mas os dados não podem ser divulgados pelo sigilo fiscal. A essa preocupação se somam perda de empregos e menor circulação de riquezas na economia.

Em Minas, a expansão levará à criação de 350 novos postos diretos e indiretos com a nova linha e as obras já foram iniciadas no complexo industrial. Sendo que em Goiânia a estimativa é de 500 pessoas possam perder seus empregos, de acordo com

## De partida

Unilever deixará Goiânia para investir em Pouso Alegre, Minas Gerais



**Início das Operações**  
**1969**



**Transferência da linha de maionese para Goiânia**  
**2006**

### Produtos que já foram fabricados

- Malonesa (Arisco e Hellmann's)
- Molho de salada (Hellmann's)
- Mostarda (Arisco e Hellmann's)
- Temperos em pó e pasta (Arisco)
- Sobremesas Carte D'Or
- Food Solutions (Knorr Caldos, Arisco caldos, Knorr temperos, molhos quentes Knorr Preparados)
- Knorr Meu Aroz



### Incentivos fiscais

- Desde 1987, através do Programa Produzir, tem benefício para o ICMS
- O prazo de fruição dos benefícios termina em 2020

Fonte: Unilever / Governo de Goiás

fontes do setor, o que não foi confirmado pela empresa.

Há 12 anos, quando a capital goiana se preparava para receber a fábrica da Hellmann's, O POPULAR mostrou que seriam mais de 50 novos empregos gerados, mas a empresa já possuía 2,1 mil funcionários.

Em entrevista ao *Valor Econômico*, o vice-presidente da cadeia de suprimentos da companhia, Renato Miatello, afirmou que após a venda da operação de atomatados - que foi a origem da empresa em Goiás -, a unidade goianense ficou apenas com a linha de malonesa, houve crescimento do mercado no Brasil e seria vantajoso à companhia retornar com a linha para Pouso Alegre. O prédio onde

está não é próprio e demandaria mais infraestrutura.

Se Goiás deixou de ser atrativo, em Minas a empresa também terá incentivos fiscais. De isenção de IPTU por cinco anos, de ISSQN e de taxas de fiscalização sobre as obras. A companhia foi uma das primeiras a ter incentivos em Goiás. "Desde 1987, por meio do Programa Produzir, a empresa garante a prorrogação do pagamento de 70% do ICMS. O prazo de fruição dos benefícios termina em 2020", diz nota da SED enviada à reportagem. A secretaria informou ainda que a empresa não pediu prorrogação de incentivos nem comunicou oficialmente que se mudará.

"Mas o governo lamenta mu-

to a saída da empresa do Estado. A SED tem trabalhado para continuar atraindo novos investimentos para Goiás e para manter os já existentes. Inclusive, recentemente, o governador José Elton encaminhou à Assembleia Legislativa, projeto de lei, convallando os incentivos fiscais concedidos pelo governo. Isso garante mais segurança aos investidores", diz nota da SED.

Porém, não é bem assim que representantes do setor produtivo avallam a situação. Endurecimento da política de incentivos com alterações nos programas preocupam há três anos, afirma o presidente da Associação Pró Desenvolvimento Industrial do Estado (Adial Goiás), Otávio Lage de Siqueira Filho. "Com insegurança reduz produção, investimentos e leva à mudança de endereço", destaca ele, que acredita que diálogo com o novo governador pode ajudar a ajustar a situação.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Pedro Alves de Oliveira, não acredita que os incentivos definiram a saída da Unilever, mas é preciso cuidado na discussão dos benefícios pelo peso econômico e social. "A Unilever surgiu com a Arisco, foi a primeira incentivada no Estado e trouxe enormes benefícios. O aumento de arrecadação se faz com aumento da atividade econômica", defende.

A advogada tributarista Liz Marília Vecchi acrescenta que Goiás foi visto por muitos anos como boa opção porque permitia maior competitividade mesmo não tendo grande mercado consumidor. "Incentivos são necessários", enfatiza ela.



## Governo investe em mais moradias

**Cheque Moradia** liberou R\$ 520 mil. Com essa parcela, o Governo de Goiás completou liberação de R\$ 7,7 milhões

RAPHAEL BEZERRA \*

A costureira Dilurdy Ribeiro, de 36 anos, recebeu nesta segunda-feira, em Goianésia, mais uma parcela no valor de R\$ 5 mil do Cheque Mais Moradia, Modalidade Construção, para construir a própria moradia. Ela conta que a obra da casa está praticamente concluída. "Ainda precisa fazer o muro e a calçada, mas a casa está pronta. Depois de tudo finalizado, vamos fazer a instalação de água e energia", ressalta Dilurdy, que é uma das beneficiárias das 500 moradias em construção no município pela parceria direta do Governo de Goiás, por meio da Agência Goiana de Habitação (Agehab), com a Prefeitura. O convênio é de R\$ 10 milhões. Foram liberados mais R\$ 520 mil em Cheque Mais Moradia. Com mais esta parcela, o Governo de Goiás completou a liberação de R\$ 7,7 milhões para a construção dessas

moradias, de convênio de R\$ 10 milhões celebrado com a Prefeitura. A Agehab atua nos 246 municípios goianos no combate ao déficit de moradias, com construção e reforma de habitações precárias. "O Governo de Goiás consolidou uma ampla rede de parcerias com o governo federal, os municípios e as entidades sociais para viabilizar e fortalecer a política habitacional de interesse social do Estado", frisa Cleomar Dutra, destacando os investimentos feitos em Goianésia, por exemplo. Ao longo dos últimos oito anos, o município foi beneficiado com diversos investimentos na área de habitação, que totalizam quase R\$ 50 milhões, sendo R\$ 21,6 milhões de recursos estaduais e R\$ 28,2 milhões federais.

### Preservação do Cerrado

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos



Convênio assinado por Hwaskar Fagundes destina R\$ 345.720,00 para implantação do Centro de Produção de Mudas Nativas do Cerrado

Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima), assinou nesta segunda-feira convênio com a Prefeitura de Anápolis para a implantação, no município, do Centro de Produção de Mudas Nativas do Cerrado. O propósito é recuperar e recompor o Bioma Cerrado em Anápolis e nos seus distritos (Sou-

zânia, Interlândia, Goialândia e Joanópolis). O valor total do projeto é de R\$ 345.720,00, dos quais R\$ 309.887,00 são provenientes do Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema) e R\$ 35.685,00 de contrapartida do município. O convênio foi assinado pelo titular da Secima, Hwaskar Fagundes; pelo prefeito de Anápolis,

Roberto Naves e Siqueira; e pela gestora do Fema, Vera Lúcia Nascimento. De acordo com o prefeito Roberto Naves, os recursos do convênio serão destinados ao desenvolvimento de novas mudas para a recuperação de áreas verdes, principalmente na área rural do entorno de Anápolis. "É um projeto que visa recuperar as nascen-

tes, promover o reflorestamento. A partir do momento em que a gente cuida do meio ambiente a nossa qualidade de vida melhora e também deixamos de sofrer com a escassez de água", disse. Segundo ele, o projeto vai permitir o plantio de cerca de meio milhão de mudas na zona rural de Anápolis. (\* Especial para O Hoje)



DGAP

Falta de pagamento suspende monitoramento de presos em Goiás por 1h30

19/11/2018 17:11 --- Por Livia Barbosa --- Edição 2262

Serviço foi normalizado após negociação com empresa Spacecom



Foto: Reprodução

Presos do regime semiaberto tiveram o monitoramento por meio das tornozeleiras eletrônicas, em Goiás, suspensos às 14h desta segunda-feira (19/11) pela empresa Spacecom. O serviço foi normalizado às 15h30, após negociação.

A assessoria de imprensa da Spacecom, empresa contratada para fazer o trabalho no Estado, informou ao **Jornal Opção** que o pagamento ainda não foi realizado, e que ficou acertada uma promessa de pagamento para terça-feira (20).

A dívida de Goiás com a Spacecom é da ordem de R\$ 6,54 milhões, referente ao atraso de 12 meses no pagamento pelo serviço. De acordo com contrato, a prestadora de serviços poderia suspender o monitoramento pela falta de pagamento, superior a 90 dias, o que foi feito nesta tarde.

À reportagem, a Diretoria de Administração Penitenciária (DGAP) informou que o serviço está normalizado.

Confira a nota da Spacecom:

“A Spacecom Monitoramento S/A – empresa responsável pelo monitoramento com tornozeleiras eletrônicas no Estado de Goiás – informa que bloqueou hoje (19 de novembro), às 14h, o acesso ao monitoramento de sentenciados para os agentes penitenciários da Diretoria Geral de Administração Penitenciária – GO por atraso de mais de 12 meses no pagamento dos serviços.

Os débitos em atraso do governo com a companhia somam R\$ 6,54 milhões, referentes aos serviços já prestados e aprovados, sem considerar juros e multas contratuais.

A decisão da Spacecom, baseada nas cláusulas contratuais, foi tomada após várias e infrutíferas tentativas de recebimento dos valores devidos.”